13 DE DEZEMBRO DE 2011

Terça – feira

- Notícias CNI (anexo)
- Isentos de IR, LCIs, LCAs e CRIs ganham espaço
- Inflação dos mais pobres tem forte alta
- Agência reduz previsões de crescimento para o Brasil
- Região de Curitiba disputa fábrica de grupo suíço
- Inadimplência ainda avança, mas em ritmo cada vez mais lento
- Montadoras estocam caminhões
- Crédito externo está mais curto e caro
- Com automóveis e construção, baixa no varejo é de 0,4% em outubro
- OAB não quer membro do Ministério Público sentado ao lado de juiz
- União desiste de cobrar contribuição ao INSS
- MDIC: automóveis e combustíveis impulsionam importações
- Amortecedores serão certificados pelo IQA
- Empresários e sindicatos divergem sobre benefícios
- Inexistência de Lei específica sobre terceirização demanda atenção redobrada das empresas para o tema

Câmbio Em 13/12/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,836	1,837
Euro	2,424	2,425

Fonte: BACEN

Isentos de IR, LCIs, LCAs e CRIs ganham espaço

13/12/2011- Gazeta do Povo

Uma aplicação conservadora, com rendimentos líquidos próximos ao DI e com rendimentos isentos de Imposto de Renda. Se o leitor pensa que essa é uma descrição da caderneta de poupança – que, com a queda da Selic, está quase equiparada aos investimentos de renda fixa – está enganado. As Letras de Crédito Imobiliário (LCI) e Agrícola (LCA), além do Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI), se encaixam direitinho na definição. Relativamente novas, elas vêm ganhando popularidade nos últimos meses.

Para que tanta letra?

Em 2001, 300 mil unidades (casas ou apartamentos) receberam recursos do Sistema Financeiro da Habitação. A quantidade de imóveis financiados no país chegou até a regredir um pouco em 2002 e 2003, para em seguida engatar uma trajetória impressionante de alta. No ano passado, 1,08 milhão de unidades foram financiadas no país. Para este ano, a estimativa é de 1,4 milhão – um aumento de 31%.

Esses recursos vêm de duas fontes: o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e os depósitos em caderneta de poupança. Quem acompanha de perto esse setor costuma dizer que esses recursos não serão suficientes para garantir por muito tempo a disponibilidade de dinheiro. As Letras de Crédito Imobiliário surgiram com esse objetivo. Com a sofisticação do mercado financeiro do país, a tendência é que venham a surgir diversas formas diferentes de investimento, sempre sob a supervisão das autoridades reguladoras.

Veja o que são e como funcionam as Letras de Crédito Imobiliário e Agrícola, além do Certificado de Recebíveis Imobiliários.

LCI

As Letras de Crédito Imobiliário são títulos de renda fixa, de baixo risco, que possuem como lastro o crédito imobiliário garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de imóvel. Possuem emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas autorizadas pelo Banco Central. Além disso, há isenção de Imposto de Renda para pessoa física e prazos que variam entre 60 e 720 dias. Outra peculiaridade é que a aplicação mínima gira em torno de R$ 50 mil, dependendo da instituição financeira.

LCA

As Letras de Crédito Agrícola são investimentos semelhantes às Letras de Crédito Imobiliário, pois também não há incidência do Imposto de Renda para pessoa física. A LCA possui lastro em produtos físicos: commodities como soja e milho ou mesmo máquinas e equipamentos. É título de livre negociação, e que, em caso de inadimplência, pode ser executado judicialmente.

CRI

Os Certificados de Recebíveis Imobiliários também são títulos de renda fixa, de longo prazo. Eles são emitidos por uma securitizadora – ou seja, uma empresa que compra de incorporadores ou bancos o direito de receber os pagamentos de financiamentos imobiliários feitos pelos seus clientes. Esse tipo de investimento ainda está restrito a investidores qualificados, que têm mais de R$ 1 milhão disponíveis.

Fontes: Caixa Econômica Federal, Cetip, Ibovespa.

"A demanda por esses produtos tem crescido muito, porque, além de facultar o pagamento do imposto, a taxa é líquida para o cliente. A maior barreira é que, em média, o volume de exigências dos bancos é elevado, impossibilitando a participação de pequenos e médios poupadores", explica o diretor da Diversinvest, empresa de consultoria em planejamento e investimento, Raul Ribas. Esse investimento inicial não tem impedido os bancos de oferecerem LCIs e LCAs, principalmente a clientes pessoa física.

As LCIs exigem, em média, aplicação mínima de R$ 50 mil, e têm como lastro o crédito imobiliário. Funciona mais ou menos assim: uma construtora qualquer lança um novo empreendimento – um condomínio com vários prédios, por exemplo. A maioria das unidades é vendida por meio de financiamento. Então o banco pega todos esses contratos de financiamento e os transforma em um título que pode ser vendido no mercado – esses são as tais letras. Quem garante o título é o banco emissor. Isso significa que, mesmo que o sujeito que comprou apartamento der calote e não pagar a mensalidade, o banco tem a obrigação de cumprir com o prometido.

As LCAs funcionam de modo semelhante, mas têm como garantia produtos agrícolas, como grãos, máquinas e equipamentos. O aumento da procura por ambas é visto como uma marca da mudança do perfil do investidor no país. "A poupança e o CBD são tradicionais, mas tendem, aos poucos, a ficar para trás por causa de novos produtos. Estamos em um período de transição entre o poupador e o investidor", comenta Ribas. Para ele, o brasileiro ainda confia mais na poupança porque é seguro e tradicional, mas está começando a entender os novos produtos.

As CRIs funcionam de modo um pouco diferente, pois são emitidos por companhia securitizadora, que compra o direito de receber pagamentos de financiamentos dos seus clientes. Elas ainda estão restritas aos chamados investidores qualificados, que têm à disposição mais de R$ 1 milhão. "Mesmo que ainda estejam mais reservadas, as CRIs são interessantes porque são investimentos a longo prazo, para quem não precisa de geração de renda imediata, mas que, em algum tempo, passará a receber parcelas mensais ou semestrais", observa Ribas.

Essas formas de captação atraem os investidores também porque há um processo intenso do segmento imobiliário, que precisa captar recursos para manter seus altos níveis de financiamento. Embora ainda exista a limitação de valores, a tendência é que esses serviços sejam "democratizados". "O governo e os bancos precisam de valores disponíveis para manter o financiamento para imóveis. E, como esses investimentos podem ser usados para esses fins, é interesse dos próprios governantes que, via legislação, haja o fomento aos novos instrumentos", aponta o consultor financeiro Mário Almeida.

Inflação dos mais pobres tem forte alta

13/12/2011- Gazeta do Povo
Os preços para a baixa renda, mensurados pelo Índice de Preços ao Consumidor - Classe 1 (IPC-C1), aceleraram para 0,50% em novembro, ante alta de 0,11% em outubro, segundo a Fundação Getulio Vargas (FGV). No ano, o indicador acumula alta de 4,94% e, nos últimos 12 meses, de 5,84%. Apesar da alta, os índices são inferiores aos da inflação geral, apurada pelo IPC-BR – que ficou em 0,53% em novembro e 6,29% em 12 meses. Quatro das sete classes de despesa do IPC-C1 tiveram inflação mais forte em novembro que em outubro: alimentação, saúde e cuidados pessoais, vestuário e despesas diversas. O índice é calculado a partir das despesas das famílias com renda mensal entre 1 e 2,5 salários mínimos.

Agência reduz previsões de crescimento para o Brasil

13/12/2011- Gazeta do Povo

A agência de classificação de risco Fitch rebaixou ontem sua previsão de crescimento para a economia do Brasil em 2011 para 2,8%, da estimativa anterior de 3,5%. Em seu relatório trimestral Perspectiva Econômica Global, a agência afirma ainda que o PIB brasileiro deve crescer 3,2% em 2012.

"A economia brasileira desacelerou neste ano devido à política monetária mais apertada, incluindo medidas prudenciais para controlar o crescimento do crédito e uma postura fiscal restritiva. O setor manufatureiro foi atingido pela força do real até recentemente e pelo fim de medidas de estímulo. Questões estruturais como a alta

carga de impostos e a fraca infraestrutura estão dificultando a competitividade do setor", diz a Fitch no relatório.

Para o ano que vem, a previsão é de que o Brasil cresça abaixo do seu potencial, enquanto os riscos de baixa continuarem. "O ímpeto do crescimento será prejudicado pela alta volatilidade financeira internacional, que afeta o câmbio, commodities e mercados de ativos domésticos, o que, por sua vez, atinge a confiança local", alerta a Fitch.

Mesmo assim, é a demanda doméstica que vai dar suporte ao crescimento no ano que vem. A agência aponta para o aumento do salário mínimo, medidas de estímulo monetário e o recente afrouxamento nas ações para controlar a oferta de crédito introduzidas em 2010. "Um pacote fiscal contracíclico não pode ser descartado se a desaceleração econômica for significativa", acrescenta.

A Fitch afirma ainda que a inflação deve encerrar 2011 perto do teto da meta, de 6,5%. Para o ano que vem, as expectativas de inflação continuam acima do centro da meta. "A indexação de certos preços ao salário mínimo torna difícil reduzir agressivamente a inflação no Brasil", analisa a agência. Mas ela lembra que, apesar da alta inflação, o Banco Central tem cortado a taxa básica de juros, devido aos receios com os impactos negativos da deterioração na economia global.

Mundo

No mesmo relatório, a Fitch afirma que o crescimento dos principais países desenvolvidos deve desacelerar para 1,3% este ano e 1,2% em 2012, com uma modesta aceleração em 2013, para 1,9%. Na comparação com as previsões anteriores, divulgadas em outubro, a Fitch reduziu suas estimativas para todo o horizonte abrangido, até 2013. A agência prevê um crescimento global, com base nas taxas de câmbio do mercado, de 2,4% em 2012 e 3% em 2013, ante projeções anteriores de 2,7% e 3,1%, respectivamente.

A Fitch espera que o crescimento na zona do euro se enfraqueça ainda mais, para apenas 0,4% em 2012, e afirma que leves recessões são prováveis nos próximos trimestres na zona do euro. Mas, entre os quatro principais membros do bloco, apenas a economia da Itália deve registrar contração em 2012, encolhendo 0,5%. "Entretanto, a chance de uma contração total na economia da zona do euro é agora de uma para três".

Região de Curitiba disputa fábrica de grupo suíço

13/12/2011- Gazeta do Povo

As regiões metropolitanas de Curitiba e Campinas (SP) são candidatas a abrigar a primeira fábrica do grupo suíço Endress+Hauser na América Latina. A multinacional, que fabrica instrumentos de medição para a indústria e vende seus produtos no Brasil desde 1982, pretende decidir o local da unidade até fevereiro e colocá-la em operação entre o fim de 2012 e o início de 2013. O investimento previsto é de R$ 25 milhões.

Três critérios vão determinar a escolha: logística, qualificação da mão de obra e custo de instalação. Segundo Carlos Behrends, diretor-executivo da central de vendas da Endress+Hauser no Brasil, a região de Campinas tem logística mais favorável e a de Curitiba, custos mais baixos. No quesito mão de obra, as duas estariam "empatadas".

Uma vantagem clara da região de Campinas está no aeroporto de Viracopos, por onde entram os equipamentos – fabricados na Suíça, Alemanha e França – que hoje a companhia vende no país. A importação de peças para a montagem das máquinas no Brasil será feita pelo mesmo terminal. E, como a maior parte dos clientes está no Sudeste, instalar uma fábrica nas proximidades representaria uma grande economia de custos de transporte.

Por outro lado, terrenos e galpões industriais custariam um pouco menos no entorno da capital paranaense – o que não significa que eles estejam baratos. "O mercado imobiliário está bastante aquecido. Estamos na fase de visitar terrenos e prédios. E não está fácil encontrar um local adequado às nossas necessidades", diz Behrends. Segundo ele, a empresa busca uma área já construída para poder colocar a fábrica em operação mais rapidamente.

No médio prazo, a fábrica da Endress+Hauser vai empregar cerca de 50 pessoas, entre engenheiros e técnicos. No local serão montados medidores de nível, vazão, pressão e temperatura, entre outros produtos. O executivo explica que, gradualmente, componentes importados serão trocados por peças fabricadas no Brasil. A intenção da companhia é atingir, no longo prazo, um índice de nacionalização de pelo menos 60%, o que habilitaria seus equipamentos a serem financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). São clientes da multinacional suíça empresas como Vale, Cargill, Ambev, Nestlé, Tetra Pak, Bayer, Dow e Colgate.

Inadimplência ainda avança, mas em ritmo cada vez mais lento

13/12/2011- Gazeta do Povo

Embora continue acima dos níveis de 2010, a inadimplência da pessoa física está dando sinais de desaceleração no país, movimento que deve durar mais alguns meses. Em novembro, o índice subiu 1,9% sobre o mês anterior, e ficou 17,4% acima do apurado no mesmo período de 2010. Mas os aumentos nesse tipo de comparação vêm diminuindo desde agosto, quando a inadimplência foi quase 30% maior que a de igual período do ano passado. No acumulado de janeiro a novembro, os valores subiram 22,4% em relação ao mesmo período de 2010. Esse indicador também tem diminuído – era de 23,4% em setembro. Os dados foram apresentados ontem pela Serasa Experian, empresa especializada em análise de crédito.

Estar com dívidas acumuladas e não conseguir pagá-las em dia é o que define um inadimplente, e contra estes problemas não existe mágica: é preciso fazer contas e também alguns cortes. A afirmação é da coordenadora do Núcleo de Finanças Pessoais da Universidade Federal do Paraná (UFPR), Ana Paula Cherobim. Confira as dicas que ela dá para quem quer sair dessa situação:

1. O primeiro passo é levantar todas as dívidas e suas informações – quais são os valores, os credores e, principalmente, quais os juros cobrados. "Isso dará uma visão melhor de toda a situação", afirma a professora.

2. Com tudo isso no papel, é necessário identificar quais dívidas têm juros mais altos. Elas são as que podem gerar os maiores problemas ao longo do tempo e, por isso, devem ter prioridade.

3. Com o quadro mais claro e a ordem de pagamentos definida, o consumidor pode tentar pagar algumas dessas dívidas. Em alguns casos, isso pode acontecer mesmo que se tenha de pegar algum empréstimo, ou seja, criando uma nova dívida. Isso ocorre, por exemplo, quando se tem uma dívida de cartão de crédito ou no cheque especial, modalidades que têm juros altíssimos.

4. Se for o caso, é possível abrir um crédito pessoal – que tem condições melhores – para pagar o que se deve e então ficar com uma "dívida mais barata". Nesses casos, sempre é necessário ter muita atenção na hora de analisar as taxas que serão cobradas, para não complicar ainda mais a situação.

5. De acordo com a professora, o ideal é não fazer nenhuma nova dívida enquanto as anteriores estão sendo pagas. "Se não tiver uma margem de segurança, não tenha mais gastos a prazo. Isso fica apenas para quando o pagamento das dívidas velhas acabar", diz Ana Paula.

6. Com o passar do tempo, planejamento e disciplina, as dívidas vão sendo pagas e a pessoa pode deixar de ser inadimplente. A professora aconselha os antigos inadimplentes a, dentro das possibilidades, passarem a guardar o dinheiro que vinham gastando com os débitos antigos e, assim, evitar novas dívidas.

De acordo com a Serasa, a alta na passagem de outubro para novembro foi resultado da segunda parcela das compras do Dia da Criança e da greve nos Correios, que teria atrasado pagamentos – a série da empresa não leva em conta variações sazonais.

Projeção

Para o assessor econômico da Serasa, Carlos Henrique de Almeida, os números acumulados do ano praticamente decretam uma alta significativa da inadimplência em 2011, que deve fechar o período "na ordem de 20%". De todo modo, encerrar dezembro nesse patamar sugere que a proporção de dívidas em atraso pode continuar em desaceleração neste mês. "Há uma grande possibilidade de dezembro apresentar quedas nas séries, incluindo o índice mensal", diz Almeida.

Perspectivas

A expectativa também é de queda em janeiro e fevereiro de 2012 – meses que, historicamente, costumam apresentar os menores índices de inadimplência. "O consumidor já vai entrar no ano que vem carregando seu endividamento e ainda há a expectativa de uma inflação ainda alta nos próximos meses, o que corrói a renda. Por mais que não sejam positivos, esses fatores devem acabar limitando níveis ainda mais altos da inadimplência para 2012", afirma Almeida. Segundo ele, a alta base de inadimplência de 2011 também deve fazer com que os números do próximo ano sejam menores.

O consultor econômico da Associação Comercial do Paraná, Cláudio Shimoyama, também vê com bons olhos os números de 2012. Para ele, o estado segue uma tendência próxima à situação do país, devendo apresentar baixas ao menos pelos próximos três meses. "Claro que haverá um forte consumo no fim do ano, motivado

pelas compras de Natal. Mas boa parte dos endividados também deve aproveitar o 13.º salário para pagar parte de suas dívidas", afirma.

Segundo ele, o cenário nacional positivo, principalmente com a estabilidade do emprego, também deve puxar os índices para baixo. "Podemos dizer que temos situações favoráveis aos consumidores e aos comerciantes", diz.

Montadoras estocam caminhões

13/12/2011- Valor Econômico

A indústria acelerou o ritmo de produção de caminhões nos últimos meses, prevendo a antecipação de encomendas que naturalmente ocorre em véspera de mudança de legislação de emissões. Mas, ao contrário do que se esperava, houve queda de vendas nos três últimos meses. Enquanto as montadoras mantiveram a produção mensal média em 19,5 mil unidades durante todo o segundo semestre - a mais alta de um ano já aquecido, o volume de vendas começou a diminuir e chegou a novembro com 13,5% inferior ao do início do semestre, menor também do que o do que há um ano.

A antecipação de encomendas ocorre em todo o mundo sempre que a legislação de emissões muda. A partir de janeiro, caminhões e ônibus fabricados no Brasil deverão seguir a norma do Programa de Controle de Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve) P 7, que equivale à europeia Euro 5. A indústria esperava uma antecipação de compras ainda mais intensa que nas mudanças de legislação anteriores, porque desta vez o aumento de preços será elevado - de 6% a 20%, dependendo do veículo - , refletindo o custo de uma tecnologia mais cara.

A crise nos mercados internacionais e o crescimento zero do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no terceiro trimestre podem ter feito o frotista, que pensava em antecipar a troca de veículos, recuar, segundo avaliação dos representantes da indústria. No entanto, mesmo com os sinais de retração dos pedidos em setembro, o ritmo acelerado de produção foi mantido.

A produção desse estoque extra poderia ser um problema para a indústria se o país não estivesse na véspera de mudança na regra de emissões. A legislação permite às montadoras vender até 31 de março de 2012 caminhões e ônibus produzidos este ano. Isso significa que os frotistas terão ainda três meses para comprar caminhões com motores ajustados à regra do Proconve P5 (ou Euro 3), em vigor até 31 de dezembro deste ano.

Ao mesmo tempo, a indústria ganhará tempo para tentar obter uma linha especial do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), exclusiva para os novos caminhões mais caros. Fontes ligadas ao setor informam que os técnicos do BNDES estariam aguardando sinais do tamanho da demanda por esses novos recursos. As taxas mais baixas nessa linha especial compensariam o aumento de preços e o valor mais alto do diesel, que também muda no veículo novo.

A venda interna de caminhões estava em torno de 14 mil a 15 mil unidades por mês até o fim do primeiro semestre. Caiu para 13,4 mil em novembro. A diferença equivale praticamente a um mês de exportações do setor.

O quadro indica que a nova legislação de emissões vai estrear num cenário bastante desequilibrado. A produção tende agora a cair, já que a maior parte dos fabricantes concederá férias coletivas. Ao mesmo tempo, as vendas podem subir no primeiro

trimestre porque muitos transportadores vão querer aproveitar para comprar caminhões em estoque e, assim, fugir do aumento de preços. A expectativa de liberação de linha de crédito especial, por outro lado, poderá paralisar o mercado.

Na média, a indústria já espera que 2012 será mais difícil do que 2011. A projeção da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) é um mercado que pode empatar com o de 2011 na melhor das hipóteses ou cair até 10%. "A queda no mês passado causou surpresa", diz o vice-presidente da Anfavea para a área de caminhões, Marco Saltini.

Depois de um ano de vendas recordes, a Iveco prevê um 2012 de estagnação. A empresa trabalha com cenário de crescimento zero nas vendas em relação a este ano e prevê uma retomada só a partir de 2013. A avaliação é do presidente da Iveco para a América Latina, Marco Mazzu. Para ele, mesmo para o setor de caminhões, que no Brasil tem exibido avanço consistente nos últimos anos, os reflexos da crise externa trarão um quadro de desaceleração no ano que vem.

A momentânea retração na demanda não é recebida com tanta preocupação, já que a queda de vendas tem como base períodos de recordes. Bernardo Fedalto, gerente de caminhões da Volvo, considera que, na média, 2010, 2011 e 2012 poderão ser considerados anos igualmente bons para a indústria de veículos pesados. "Se levarmos em conta que 2011 será bom e 2012 ruim voltaremos, na média, ao desempenho de 2010, que foi um ano fantástico para o setor", afirma. Para ele, a perspectiva de longo prazo leva os fabricantes a manter os investimentos em modernização e nacionalização.

"Se olharmos em perspectiva de médio prazo, os próximos três a cinco anos, enxergamos um mercado que continuará crescendo em função da macroeconomia sólida do Brasil, que ajuda a puxar a demanda por caminhões", diz Mazzu. Para ele, a construção civil, agronegócio e indústria são os principais clientes de caminhões no país e com o avanço dos projetos do pré-sal e a preparação para a Copa do Mundo e a Olimpíada, o setor deverá se manter aquecido.

Além disso, a recente sinalização do governo em favor do aumento de consumo, com a redução de IPI para a linha branca, animou o setor. A ponto de alguns já começarem a prever até algum crescimento em 2012.

Até eles, aliás, começaram a consumir mais. Saltini é um exemplo. Há um mês ele e a esposa pesquisaram preços de geladeiras e interessaram-se por uma de R$ 2,9 mil. O casal decidiu pensar. Mas a redução de IPI, em dezembro, mudou o cenário. Saltini e esposa voltaram à loja e pagaram R$ 2,1 mil pela geladeira. O desconto de 27,5% foi bom. Mas a perspectiva de os transportadores necessitarem de mais caminhões para entregar novas geladeiras o animou ainda mais.

Crédito externo está mais curto e caro

13/12/2011- Valor Econômico

As linhas de crédito para o comércio exterior, em grande parte abastecidas por bancos internacionais com moedas estrangeiras, estão ficando mais caras e a disponibilidade, diminuindo. O movimento tem evoluído ao longo da segunda metade deste ano. Os financiamentos com prazo superior a um ano começaram a dar sinais de menor disponibilidade há cerca de três semanas, segundo Fernando Freiberger, responsável

pelo "corporate banking" do HSBC. Em setembro, o impacto era sentido só nas linhas acima de três anos.

O custo das linhas de comércio exterior para os bancos, que têm juro atrelado à Libor, também está mais salgado - subiu, nas últimas três semanas, de um a dois pontos percentuais. Quanto maior o prazo, maior o aumento. Uma linha com prazo de seis meses, por exemplo, que antes de setembro saía a Libor mais 1,2% ao ano, agora é repassada para o banco local a Libor mais 2,1%.

A ação coordenada de bancos centrais para injetar liquidez em dólares no sistema bancário mundial na virada de novembro para dezembro, no entanto, trouxe algum alívio. "Da semana retrasada para cá, a taxa voltou 0,5 ponto percentual", diz Ures Folchini, tesoureiro do WestLB.

As empresas não sentiram ainda tanto a pressão da menor disponibilidade de crédito no cenário mundial porque a situação de caixa de muitas está favorável. "Elas fizeram o dever de casa e alongaram suas dívidas", explica Freiberger, do HSBC. "Quando começaram a sentir sinais de desaceleração da economia e de agravamento da crise da Europa, se voltaram para dentro, geriram melhor os custos e postergaram investimentos."

Carlito Dayam, diretor do Daycoval, banco especializado na oferta de crédito a empresas de médio porte, vê até agora mais impacto no preço do que no volume de recursos. "Os bancos estrangeiros menores, que dão linha para os grandes, esses têm sofrido um pouco e têm diminuído a oferta", pondera. Mesmo assim, o repique não estaria sendo suficiente para barrar o acesso das empresas a financiamentos para o comércio exterior. "A companhia brasileira pode arcar com isso", diz Dayam.

Na avaliação de Sérgio Lulia Jacob, vice-presidente do ABC Brasil, a alta de custo estaria atrelada a uma redução mais forte da oferta de crédito em relação à demanda por parte dos bancos instalados no Brasil. "Há uma cautela maior por parte de quem concede as linhas porque está havendo uma desaceleração na economia e isso atinge as empresas", afirma.

De setembro para outubro, a média diária de concessão de Adiantamento de Contrato de Câmbio (ACC) caiu quase pela metade, de R$ 412,9 milhões para R$ 272,4 milhões, segundo dados do Banco Central (BC).

O panorama atual está longe de ser otimista, porém um quadro de ruptura como o que se seguiu à quebra do Lehman Brothers está praticamente descartado. Algumas instituições financeiras apostam, inclusive, em uma retomada de condições e fluxo dessas linhas no início de 2012. Até lá, os problemas emergenciais da Europa estariam razoavelmente equacionados, e o apetite por emergentes seria retomado.

Rogério Calderón, diretor de controladoria do Itaú Unibanco, diz observar alguma deterioração das linhas externas para o Brasil nas últimas semanas, com aumento de custos e redução de disponibilidade. Entretanto, ele espera uma retomada logo no começo de 2012. "O recente 'upgrade' do Brasil, juntamente com a melhor percepção sobre a América Latina, têm o potencial de atrair recursos de investidores que anteriormente não investiam no país", destaca.

Na opinião de Dayam, do Daycoval, os bancos estrangeiros estão mais otimistas com os bancos brasileiros do que as próprias instituições financeiras domésticas. "Os bancos lá fora que têm liquidez não vão querer se arriscar nos mercados deles", diz.

Mas, se nem o encarecimento das linhas externas, nem a leve redução de disponibilidade parecem afetar de forma drástica o crédito corporativo no Brasil, o ambiente mais avesso para emissões no mercado de capitais internacional já começa a estimular grandes empresas a buscarem, aqui, linhas bancárias tradicionais. "Aumentou a demanda das grandes empresas por capital de giro", afirma Dayam. "Achávamos que no último trimestre o ritmo [dos empréstimos] iria diminuir um pouco, mas estamos vendo que até o ano que vem não vai ser aquela coisa horrorosa."

O Bradesco também já sente uma demanda maior por crédito por parte dos clientes que antes se abasteciam com linhas estrangeiras. "A oferta não está caindo, mas muitas empresas estão esbarrando em problemas de limite de crédito, que está no teto", afirma Domingos Figueiredo de Abreu, diretor vice-presidente do Bradesco.

"Não vejo demanda maior significativa nem na margem, mas uma ou outra empresa fazendo esse movimento", diz Freiberger, do HSBC. Calderón, do Itaú, avalia que ainda é cedo para afirmar que a liberação de linhas pelos bancos no mercado doméstico seja necessária "à medida que a percepção do risco brasileiro pelos investidores internacionais tem melhorado muito nos últimos anos".

Com automóveis e construção, baixa no varejo é de 0,4% em outubro

13/12/2011- Valor Econômico

O volume de vendas do comércio varejista ampliado – que inclui veículos e material de construção – caiu 0,4% em outubro, na comparação com setembro, quando apresentou alta de 0,7% (dado revisado), ambas comparações na série com ajustes sazonais. Os dados constam da Pesquisa Mensal de Comércio (PMC), divulgada nesta terça-feira pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A receita nominal do varejo ampliado caiu 0,6% entre setembro e outubro, depois de uma alta de 1,3% no mês anterior.

Na comparação com outubro do ano passado, o volume de vendas do varejo ampliado subiu 1,6%, enquanto a receita nominal aumentou 4,6% no mesmo intervalo.

No ano o volume de vendas do varejo ampliado cresceu 7,3%, enquanto a receita nominal avançou 10,3% na comparação com o período janeiro-outubro de 2010.

Nos últimos 12 meses encerrados em outubro, o volume vendido foi 8,8% maior que nos 12 meses imediatamente anteriores, enquanto a receita nominal subiu 11,8% em igual intervalo de comparação.

OAB não quer membro do Ministério Público sentado ao lado de juiz

13/12/2011- Valor Econômico

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) decidiu nesta segunda-feira que vai entrar com ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para que procuradores da República não possam mais se sentar ao lado dos juízes nos tribunais. Para a OAB, essa prática, comum no Judiciário, fere a “paridade de armas”, já que os advogados devem se sentar nas cadeiras que ficam à disposição do público que vai às cortes, enquanto o representante do Ministério Público fica mais próximo dos juízes.

No STF, por exemplo, o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, tem assento ao lado do presidente da Corte, ministro Cezar Peluso. Já os advogados têm seus lugares reservados normalmente na primeira fila do Supremo, de onde saem para fazer a defesa oral de seus clientes.

Para Rodrigo Badaró Almeida de Castro, conselheiro federal da OAB pelo Distrito Federal, essa prerrogativa dos procuradores "coloca em situação de desigualdade os advogados e os componentes do MP, o que fere a Constituição, principalmente no tocante a critérios de isonomia de tratamento e devido processo legal". "Os advogados são indispensáveis à administração da Justiça e não estão subordinados aos membros do MP", afirmou.

A ação vai pedir aos ministros do STF que declarem inconstitucional o artigo 18 da Lei Complementar nº 75, de 1993. Esse artigo assegura aos membros do MP assento "no mesmo plano e imediatamente à direita dos juízes singulares ou presidentes dos órgãos judiciários perante os quais oficiem".

União desiste de cobrar contribuição ao INSS

13/12/2011- Valor Econômico

Depois de ser derrotada nos tribunais superiores, a União decidiu desistir de ações que discutem a incidência de contribuição previdenciária sobre auxílio-alimentação, vale-transporte e seguro de vida. A Advocacia-Geral da União (AGU) e a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) publicaram orientações para que os procuradores não recorram mais nessas situações.

A AGU publicou ontem a súmula nº 60, editada no dia 8. Ela estabelece que não há incidência de contribuição previdenciária sobre o vale-transporte pago em dinheiro, "considerando o caráter indenizatório da verba". A orientação - que deve ser seguida pelos advogados da União, procuradores federais e do Banco Central - foi publicada após decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Ao julgar um recurso do Unibanco, em maio de 2010, os ministros declararam, por maioria de votos, a cobrança inconstitucional. Eles entenderam que se trata de verba indenizatória, e não de remuneração ao trabalhador.

"Não há incidência sobre o que não representar acréscimo patrimonial, por ser apenas uma reposição por um valor gasto pelo trabalhador, ainda que em espécie", diz o advogado Guilherme Romano, do escritório Décio Freire & Associados. O número de ações relativas ao tema e o impacto da desistência ainda estão sendo levantados, de acordo com a Secretária-Geral de Contencioso da AGU, Grace Maria Mendonça.

Neste mês, o Ministério da Fazenda aprovou dois pareceres da PGFN que dispensam os procuradores de recorrer de decisões judiciais contrárias ao pagamento de contribuição previdenciária sobre auxílio-alimentação e seguro de vida contratado pelo empregador.

No Parecer nº 2.117, de 10 de novembro, a procuradoria sustenta que, contrariando seu entendimento, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) não considera como parte do salário o pagamento in natura de auxílio-alimentação - quando a refeição é fornecida pela empresa. O entendimento é válido

independentemente de o empregador estar inscrito do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), que permite a dedução de Imposto de Renda.

A PGFN entende porém, que "quando o auxílio for pago em espécie ou em conta corrente, em caráter habitual, assume feição salarial e, desse modo, integra a base de cálculo da contribuição previdenciária".

Segundo o advogado Fabio Calcini, do Brasil Salomão e Matthes Advocacia, a orientação da PGFN pode encerrar também a discussão sobre o pagamento de contribuição no fornecimento de cesta básica, em substituição à alimentação em refeitório. "Ao invés de se filiar ao PAT, o empresário dá cesta básica. A Receita considera isso benefício indireto sujeito à tributação", diz.

A PGFN também está desistindo de ações sobre a tributação de seguro de vida coletivo contratado pelo empregador, sem que haja diferença entre os valores de indenização em função de cargo ou função. A procuradoria sustentava na Justiça que o prêmio do seguro também seria uma remuneração indireta e, por isso, haveria tributação. O STJ, entretanto, tem diversas decisões favoráveis ao contribuinte. Para serem colocados em prática, os pareceres da PGFN ainda dependem de regulamentação.

MDIC: automóveis e combustíveis impulsionam importações

13/12/2011- Newsletter Automotive Business

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), divulgou nesta segunda-feira, 12, os detalhes dos resultados da **balança comercial** da segunda semana deste mês, que corresponde ao período de 5 a 11 de dezembro, com cinco dias úteis. Houve déficit de US$ 730 milhões na comparação com a semana anterior, para saldo de US$ 4,273 bilhões em exportações e US$ 5,003 bilhões de importações. A média diária das exportações no período foi de US$ 854,6 milhões, o que representa queda de 4,2% em relação à média diária de US$ 892,5 milhões da primeira semana. Segundo o MDIC, nesta comparação, caíram as vendas ao exterior de produtos semimanufaturados e básicos, mas houve alta nas exportações de manufaturados.

Entre os diversos segmentos de produtos apresentados pelo MDIC, automóveis e combustíveis tiveram as mais elevadas médias diárias de importações na semana passada. A média diária de importações de automóveis e partes mais que dobrou para US$ 137,480 milhões na semana de 5 a 11 de dezembro, ante US$ 58,514 milhões da semana anterior. Em novembro deste ano, a média diária de importações de automóveis e partes havia ficado em US$ 125,988 milhões. Em dezembro do ano passado, a média diária de importações do segmento foi de US$ 70,450 milhões. Em combustíveis e lubrificantes, a média diária de importação da semana passada foi de US$ 218,998 milhões, ante US$ 51,860 milhões da primeira semana do mês, US$ 196,417 milhões, no mês passado e US$ 90,395 milhões diários, em dezembro de 2010.

No resultado mensal, considerando as duas primeiras semanas deste mês, a balança comercial brasileira registrou déficit de US$ 411 milhões, saldo de exportações de US$ 6,058 bilhões e importações de US$ 6,469 bilhões entre os dias 1º e 11. Isso

representa uma média diária de exportações de US$ 865,4 milhões e uma média de importações de US$ 924,1 milhões.
Quando comparadas as médias das duas primeiras semanas de dezembro de 2011 com o mesmo período de 2010, a média diária de exportações caiu 4,8%, para US$ 865,4 milhões. De acordo com o MDIC, puxaram a retração das exportações produtos básicos como petróleo, milho em grão, minério de ferro e farelo de soja. Em compensação, a média diária de produtos semimanufaturados cresceu 8,4%, para US$ 126,2 milhões, impulsionada pelos segmentos de catodos de cobre, semimanufaturados de ferro e aço, borracha sintética e ferro fundido, entre outros.

Também cresceram as exportações de manufaturados, elevação de 8,1% no mesmo comparativo, para US$ 382,4 milhões, puxados principalmente por automóveis, etanol, motores e geradores, aviões, óxidos e hidróxidos de alumínio e polímeros plásticos.

Ano

No acumulado do ano, a balança comercial brasileira registra superávit de US$ 25,563 bilhões, considerando o período de 1º de janeiro a 11 de dezembro, sendo US$ 239,970 bilhões em exportações e importações de US$ 214,407 bilhões. A média diária de exportação chegou a US$ 1,016 bilhão e a das importações, US$ 908,5 milhões. O Ministério apresentará os números consolidados do ano no início de janeiro.

Com informações da Agência Estado.

Amortecedores serão certificados pelo IQA

13/12/2011- Newsletter Automotive Business
O Instituto da Qualidade Automotiva (IQA) vai realizar a certificação compulsória de **amortecedores**, de acordo com determinação da portaria Inmetro nº 301 de 21 de julho de 2011. Dessa forma, os fabricantes e importadores do componente que atuam no mercado de reposição podem procurar os serviços do IQA para se adequar às novas exigências. A certificação será obrigatória para o mercado de reposição, mas ficam isentos da obrigatoriedade os itens para linha de montagem, recall e de veículos fora de linha fabricados até 31 de dezembro de 1999.

Veja a seguir os prazos para que o mercado se adapte às novas regras:

- a partir de janeiro de 2013, todos os amortecedores fabricados e importados devem ser certificados;
- julho de 2013 é o prazo final para venda dos amortecedores não certificados em estoque para fabricantes e importadores.

"É importante que fabricantes e importadores comecem o processo o quanto antes para não correrem o risco de ficar fora do mercado", afirma Alexandre Xavier, gerente de novos negócios do IQA.

Empresários e sindicatos divergem sobre benefícios

13/12/2011- Relações do Trabalho

As empresas buscam na terceirização uma forma de reduzir custos, ampliar a eficiência e ganhar competitividade. No Brasil, o fenômeno ganhou força na década de 90 e o debate acerca da sua legalidade foi reaceso recentemente, com a audiência pública do Tribunal Superior do Trabalho (TST) que teve por objetivo discutir a pertinência da criação de uma legislação específica para o tema.

Mas, se a volta do debate em torno da terceirização agora se dá no ambiente jurídico, as questões relacionadas ao trabalho terceirizado nunca saíram da pauta de empresas e trabalhadores, que se colocam em polos opostos em torno do assunto.

Embora empresários defendam a terceirização como fator de estímulo à eficiência e empregados a vejam como indutor da precarização do trabalho, os dois lados concordam que é necessário ampliar o debate sobre o tema e até mesmo criar uma nova legislação.

"A terceirização é uma parte fundamental da atividade econômica, que está em contínua mutação e desenvolvimento. Portanto, impedir uma empresa de usar essa ferramenta, é acabar com sua capacidade de se adaptar às demandas de clientes e do mercado como um todo", diz o diretor adjunto do Departamento Sindical da federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Adauto Duarte.

Inexistência de Lei específica sobre terceirização demanda atenção redobrada das empresas para o tema

13/12/2011- Relações do Trabalho

Não há na legislação brasileira lei ou norma que regule as atividades de terceirização. Essa lacuna exige que as empresas redobrem sua atenção ao estabelecer contratos de prestação de serviços, alertaram Hélio Gomes Coelho Júnior, sócio fundador da Gomes Coelho & Bordin – Sociedade de Advogados e professor de Direito do Trabalho da PUC-PR, e Adonai Aires de Arruda, presidente da WFBSC (World Federation and Business Services Contractor) e presidente do grupo Higiserv. Eles participaram do Workshop de Terceirização da Amcham-Curitiba na última quinta-feira (24/11).

"Na linguagem econômica e administrativa, a terceirização é uma eficaz ferramenta de gestão, que se resume no trespasse de atividades de uma para outra empresa, em regime de parceria, para permitir a quem as delega melhorar o desempenho do seu negócio. Já a linguagem jurídica apresenta uma resistência em tolerá-la amplamente, ainda que não haja veto à sua prática na Constituição Federal ou lei que dela objetivamente se ocupe", explicou Coelho. De acordo com o advogado, diante da omissão do Legislativo, a Justiça do Trabalho baseia suas decisões em súmulas de jurisprudência.

A partir de tais súmulas – entre elas a Súmula 311, que trata das relações existentes entre as empresas contratantes e contratadas –, chegou-se a definições a respeito de atividade-meio e atividade-fim. Dessa forma, a terceirização lícita é considerada aquela que se destina às atividades-meio, ou seja, qualquer outra que não se caracterize como o próprio negócio da companhia.

Transporte, conservação, logística, limpeza, segurança, vigilância, informática, recepção, reprografia, telecomunicações e manutenção de prédios, equipamentos e instalações seriam algumas das atividades passiveis de terceirização.

Coelho, no entanto, relembrou que não há nenhuma norma formal que diferencie os dois conceitos. "Se perguntarmos a vários juízes o que na linguagem jurídica significa 'atividade-meio', certamente obteremos tantas respostas quanto forem os entrevistados.